

**“Entre a Ordem e a Justiça Social”**

**A Igreja Católica e o Governo João Goulart (1961-64): a questão da Reforma Agrária.**

Guido Coelho de Magalhães Bastos<sup>1</sup>

**Resumo:**

A questão social, que emerge das contradições inerentes do capitalismo, passa a ser analisada historicamente pela Santa Sé, a partir de Leão XIII. Com o avanço do comunismo e das desigualdades sociais capitalistas, a Igreja no Brasil dos anos 1960 começa a se aproximar dos pobres em busca da justiça social. Esse movimento vem da ala progressista da Igreja, bem exemplificada pelo jornal Brasil, Urgente. Esta é uma tendência em pleno Concílio do Vaticano II (1962-65). O crescimento da ala progressista na CNBB se dá em pleno processo de radicalização das esquerda e direita no Governo Goulart, no tocante as Reformas de Base. Como a Igreja se insere nos debates sobre a Reforma Agrária? Esta e outras são algumas questões aqui lançadas.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, Governo Goulart e Reforma Agrária.

**Abstract:**

The social matter that emerges from the contradictions inherent to capitalism, begins to be historically analyzed by the Holy See, starting with Leão XIII. With the advance of communism and social-capitalist inequalities, the Brazilian Church of the sixties starts to approach the poor ones searching for social justice. This movement comes from the progressive wing of the Church, well exemplified by the newspaper Brasil, Urgente. This is a tendency in the middle of the Vatican Council II (1962-65). The growth of the progressive wing of CNBB is given in the process of radicalization of the left wing and the right wing in the government of Goulart, when it comes to Base Reformatations. How does the Church get inserted in the debates about agrarian reforms? This and others are some questions dealt here.

**Keywords:** Catholic Church, Goulart Government and Agrarian Reform.

Para estudarmos a Igreja Católica como Instituição, devemos concebê-la em sua fala teológico-política (ROMANO, 1979: 19), pois sua forma de ver o mundo, apesar de “mudar” ao longo do tempo, possui permanências dogmáticas no plano teológico. Esses dogmas são defendidos por uma hierarquia eclesial em defesa da ordem interna e pela busca do monopólio do poder espiritual. Todavia, a Igreja age nas esferas política, econômica, social e espiritual.

Com o Concílio do Vaticano I e a dura batalha pela aprovação da “infabilidade papal”, a Igreja se mostrava mais unida, com menos divergências internas, tendo o Papa a chave unificadora e inquestionável. No entanto, perante a questão social, cabia a Igreja se pronunciar oficialmente sobre as relações entre capital e trabalho, tão conflituosas e

---

<sup>1</sup> Graduado e Mestrando em História Social Contemporânea, pela Universidade Federal Fluminense,.

ameaçadoras a ordem social. Esta manifestação vem claramente na encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum* de 1891, principalmente nesse trecho:

*Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.*<sup>2</sup>

Essa carta demonstrava o interesse da Igreja em se aproximar do operariado em disputa por seus corações e mentes contra os socialistas e comunistas. Além disso, a Igreja diminua sua luta em favor do Antigo Regime e iniciava diálogos com as Repúblicas, objetivando, principalmente sua liberdade nas esferas educacional e espiritual, e em troca, reconhecia o poder do Estado na esfera temporal. Essas “trocas de apoio” se davam através de Concordatas (acordos), nas quais, “verifica-se, de fato, uma interferência de soberania num único território estatal, pois os artigos de uma concordata referem-se aos cidadãos de apenas um dos Estados contratantes, sobre os quais o poder soberano de um estranho justifica reivindicar determinados direitos e poderes de jurisdição”. (GRAMSCI;303)

Ainda, em Leão XIII, nessa aproximação da Igreja com a sociedade de maneira dinâmica e consciente, em ações nas questões sociais, políticas e econômicas, se formava a Doutrina Social da Igreja. Esta doutrina possuía uma base nos conceitos de justiça social e moral cunhado por Santo Tomás, grande sistematizador da teologia geral e da teologia moral. (CAMACHO, 1995:11-15)

Com base nesta Doutrina que os papas seguintes a Leão XIII dialogariam com as forças em torno das lutas entre capital e trabalho, ao longo do século XX. No entanto, com crescimento do socialismo na primeira metade do XX e com a Guerra Fria, a Igreja criticaria menos o capitalismo (no que se referem as suas desigualdades sociais) e mais o comunismo. Esta ênfase na condenação do comunismo se dava em razão do medo de novas Revoluções Socialistas no mundo.

---

<sup>2</sup>CARTA ENCÍCLICA «*RERUM NOVARUM*» DO PAPA LEÃO XIII SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS, ver: [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

Nas perspectivas de Pio XI (1922-39) e Pio XII (1939-58) a idéia de “Revolução” para a Igreja era de ameaça do comunismo soviético, ateu, logo anti-cristão. Esta idéia está no contexto da Guerra Fria de disputas político, ideológica e econômica entre os blocos capitalista e socialista. Assim, a Igreja se mostrava mais identificada com o capitalismo.

Este temor da Igreja frente à “Revolução” adquiriu força em 1959, com a Revolução Cubana e sua posterior entrada para o Bloco Socialista em 1961.

A Igreja tomava consciência da ameaça real de novas revoluções do tipo cubano e iniciava discussões e trabalhos sobre a realidade histórico-social da América Latina, em busca de mecanismos contra o “perigo vermelho” no continente.

No Brasil da década de 1960, alguns bispos se articulavam para promover o homem rural. Assim os encontros do Episcopado do Nordeste (Campina Grande, 1955 e Natal, 1959) deram origem à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e das Frentes Agrárias que se espalharam rapidamente pelo país.

O Brasil, de 1961 a 1963, passou por sucessivas crises iniciadas com a renúncia do Presidente Jânio Quadros (25/08/61), a tentativa de golpe em impedimento à posse de Goulart, o Ato Adicional (2/09/61) estabelecendo o sistema parlamentarista e o retorno ao Presidencialismo (07/01/61).

Goulart, até o golpe, possuiu o apoio da CNBB, que o considerava um homem bom em busca de justiça social para o Brasil, principalmente no tocante a Reforma Agrária. Assim, frente à questão agrária no Estado de São Paulo discutida na Assembléia Estadual em 1961, e Revista Eclesiástica Brasileira (oficial da CNBB) se pronunciava:

*“O Brasil inteiro se volta para a Assembléia Legislativa de São Paulo, desejando a aprovação do projeto de revisão agrária. Quem conhece, por observação e vivência “in loco”, as condições dos nossos trabalhadores do campo. Anseia por medidas urgentes e substanciais, que reformem o ambiente rural.”<sup>3</sup>*

No plano político, Goulart, em abril de 1962, voltava da viagem a Washington, na qual declarou-se anticomunista e devoto da democracia, com grande prestígio, mas sem os recursos externos esperados (FERREIRA e DELGADO,2003;351). Porém, no 1º de maio de 1962 (dia do trabalho) anunciou o projeto de Reformas de Base e enviou-o ao Congresso. Dentre seus pontos estava o projeto de lei da Reforma Agrária, que exigia a modificação do

---

<sup>3</sup> Consultar Revista Eclesiástica Brasileira, na Biblioteca Nacional, cód. 2,136-01,01, ed. Vozes. V. XXI, 1961.

artigo constitucional 141, que determinava indenização em dinheiro aos proprietários das terras desapropriadas a fim de reforma agrária, para uma indenização em títulos da dívida pública. (BANDEIRA,1978; 55)

Neste contexto social e político é lançado em 13 de março de 1963, o jornal Brasil, Urgente (BU), com o objetivo de criar um espaço de notícias e opiniões independente, tanto da Instituição Igreja Católica (não seria o jornal da Igreja, mas apenas calcados em princípios cristão-democráticos), quanto da grande mídia. Essa, para o BU, respondia aos interesses da alta burguesia nacional em associação com o capital estrangeiro. Com isso, nascia um periódico que se dizia voltado para luta pelo povo a serviço da justiça social, contra as elites privilegiadas e dominantes brasileira. O BU tinha, no primeiro momento o apoio da Província Dominicana (ordem do líder Frei Carlos Josaphat) e de cardeais importantes, como o de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

O 2º número do BU, de 24/03/63, anuncia: “O povo aponta as causas da revolução no Brasil! Com Reforma Agrária não se brinca” e ainda trazia um artigo de Mauro Borges intitulado “Reformas a curto prazo ou soluções violentas.”<sup>4</sup> Assim, este jornal pressionava Goulart pela urgência das Reformas.

O BU surgia num contexto de discussões e algumas mudanças no interior da Santa Sé, pois com a ascensão de João XXIII em 1959, a Igreja de Roma tomava um rumo de políticas mais sociais, voltadas para os pobres, principalmente pós Concílio do Vaticano II.

Baseado no livro “Evangelho e Revolução Social” do Frei Carlos Josaphat lançado em 1962, o BU entrava na luta pelas Reformas de Base. E estas palavras estavam presentes em sua inspiração teológico-política:

*“Acima dos mitos da direita e da esquerda, superando a exploração capitalista e a opressão comunista, essa concepção integral do homem constitui o elã animador da atual revolução cristã ... não descremos das aspirações de nossas elites por uma civilização solidária. .... Cremos que vai expirando um triste passado de egoísmo e de misérias, herança do velho paganismo. E vem surgindo a verdadeira esperança, cujo penhor é o Sangue de Cristo que valoriza o suor de uma infinidade de batalhadores.”*  
(JOSAPHAT,1962:6)

---

<sup>4</sup> Consultar o periódico: Brasil, Urgente; na Biblioteca Nacional, código de acesso: PR-SPR, 02342, V. I e II, 1963-1964, nº 2, pág. 1, 10 e 11.

Nesta base, o jornal se colocava fora dos paradigmas da esquerda e da direita no Brasil, pois se via um defensor da justiça social pela liberdade e democracia. Além disso, busca a “revolução cristã”, ou seja, a volta da participação dos cristãos no mundo político, social e econômico, a fim de combater a democracia de privilégios sociais para poucos (mostra do capitalismo) e a opressão da ditadura do proletariado (base do socialismo em passagem para o comunismo), em prol da defesa do “BEM COMUM”. Entretanto, com as atividades extremas da direita e da esquerda de 1961 a 1963, o Brasil, Urgente, vai tomando uma posição gradativamente em favor da esquerda.

Frei Josaphat e, com ele, o Brasil, Urgente, vão clamar pela adesão do cristão à luta por uma sociedade mais justa. Com isso, o cristão deveria deixar seu estado de passividade e omissão frente ao mundo e partir para mudá-lo através do Evangelho, pois para o Frei, o crescimento do socialismo ateu e do capitalismo, em suas desigualdades sociais, provém da falta de testemunho cristão.

Josaphat admite a importância do marxismo que introduziu novas questões na Igreja, ao agir em duas dimensões, a terrena e a histórica. Ou seja, precisava a Igreja e seus cristãos de uma visão “cristã da História” para mudança do mundo.

Assim, fazia uma análise histórica cristã, no que cabe o cristão, neste trecho:

*“... a distinção de classes, infelizmente envenenada e transformada em antagonismos de classe, cumpre à justiça e à caridade, em suas dimensões sociais, retificar e sacralizar a fraternidade no interior das camadas sociais...” (JOSAPHAT, 1962:53-54)*

Sob estes princípios teóricos o BU exercia sua prática política de maneira hierarquizada buscando: em primeiro lugar, agir nos meios políticos tradicionais apoiando partidos como o PDC (Partido Democrático Cristão) e outros em algumas medidas, além de pelas frestas deixadas pelo sistema num processo de informação e formação; em segundo, caso frustrasse a primeira, atuar em denúncias de corrupção e desmoralizações de políticos contra o povo; em terceiro, agir em meios passivos de greves e outras manifestações; quarto, no extremo, a revolta armada contra o governo tirano.

No campo, a Igreja iniciou a criação de sindicatos rurais no começo de 1959 com Dom Eugênio Sales percebendo a importância da Igreja atuar em ajuda aos trabalhadores rurais que viviam em péssimas condições, atrasadas e injustas, no objetivo de conscientizar estes homens de sua situação de exploração em busca de seus direitos por uma vida melhor, sob

princípios cristão de solidariedade. Assim, Sales apoiou a sindicalização rural através do Serviço de Assistência Rural (SAR). No dia 5 de outubro de 1961, a CNBB reconhecia e apoiava o movimento.

Na área de Educação o MEB (Movimento de Educação de Base) atingiria grande expressão nacional, aterrorizando a direita com uma cartilha de alfabetização intitulada “Viver é Lutar”.

Essa prática da Igreja no meio rural mostrava uma mudança progressiva de postura da mesma, no momento em que não mais apoiava o fazendeiro, legitimando seu poder, mas, sim se voltava a favor dos trabalhadores reconhecendo seu estado de miséria por estar submetido a condições de trabalho desumanas. Assim, parte da Igreja trocava de lado e partia para organizar os trabalhadores na luta por terra e justiça social.

O BU divulgava as posturas políticas da “ala progressista” da Igreja e as apoiava, pois defendia a idéia de uma instituição atuante no mundo em defesa dos pobres e do “bem comum”. Assim, buscando apoio para as idéias nacionalistas, anti-imperialistas, pró emancipação econômica do Brasil frente ao FMI, pró Reformas de Base.

Com isso, o periódico criava uma teoria própria sobre o estado de subdesenvolvimento do Brasil, alegando que as causas são: processos arcaicos de produção no campo, mão-de-obra pouco especializada e a existência de grupos (alta e média burguesia) que se beneficiam desta situação e, por isso, são adversários das Reformas de Base do governo.

A partir desta análise, o jornal propunha soluções através dos incentivos à produção, à industrialização, principalmente a de base; importação de equipamentos; política externa independentes dos dois blocos e valorização das exportações.

Para o BU, as reformas estruturais brasileiras eram fundamentais e emergências, pois os setores desprivilegiados (pobres e miseráveis) do campo e da cidade estão se organizando, inclusive com a ajuda de setores da Igreja como a CNBB de Dom Helder Câmara, para lutar pelos seus direitos de uma vida digna com justiça social. Isto significa que estes homens e mulheres têm radicalizado cada vez mais sua luta, com razão, no momento em que as elites não cedem qualquer de seus privilégios. Cabem as elites recuarem e atenderem às reivindicações imediatas destes setores em “ceder os anéis para não perder os dedos”, aceitando aprovar no Congresso as Reformas de Base e a proposta do Plano Trienal calcado numa Política de Desenvolvimento.

Este era um recado claro do jornal para as elites brasileiras não facilitarem uma “revolução aos moldes cubanos” no Brasil e uma política evidente de harmonizar as tensões sociais levando ao diálogo e entendimento as classes alta, média, e baixa.

O setor progressista da Igreja formado pelos organizadores do Brasil, Urgente, boa parte da CNBB, leigos católicos e Freis Dominicanos, buscava, neste primeiro momento um consenso nacional em torno das Reformas de Base, acreditando que pelo Congresso as elites cederiam pelo bem do crescimento do país e da justiça social. Além disso, via no Goulart um homem capaz de se colocar ao lado do povo e pressionar o Congresso para as reformas.

Não obstante, o jornal sabia do poder da extrema-direita no Brasil e em sua associação explícita com o governo norte-americano, através do ultra-conservador embaixador dos EUA no Brasil, Sr. Lincoln Gordon. Com isso as relações claras entre a UDN (União Democrática Nacional) de Armando Falcão e Carlos Lacerda com Washington, levaram seu editorial de 7 de abril de 1963 publicar o artigo “O Golpe Está em Marcha”<sup>5</sup>. Um alerta a Goulart sobre estes setores contra suas Reformas de Base.

Com funções de críticas a órgãos do governo, os primeiros 24 números, os principais alvos foram o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Foram escolhidos, pois estavam sob investigação de uma CPI no Congresso, que apurava o envolvimento destes institutos em desvios de verbas para auxílio de partidários da UDN. Com isso, o BU mostrava-se contra o imperialismo e suas instituições burguesas nacionais e internacionais em conluio, em detrimento do povo.

Cada vez mais o BU se envolvia nas querelas políticas, sociais e econômicas, através de críticas severas, denúncias de corrupção e elogios a ministros do governo, em destaque ao da educação, Paulo de Tarso do PDC, forte defensor das reformas.

Nas discussões sobre a Reforma Agrária, Frei Josaphat reafirmava a necessidade de alteração do artigo 141 da Constituição Brasileira, calcado na mensagem de Pio XII de 1º de setembro de 1944:

*“O Estado pode, no interesse comum, intervir para regulamentar o seu uso ou conteúdo (da propriedade privada)”*. (BOTAS, 1983: 56)

Através deste trecho, Josaphat embasava sua crítica cristã sobre o artigo 141, que previa indenização em dinheiro.

No documento de 30 de abril de 1963, a CNBB apoia o programa de Reformas de Base do governo como caminho para justiça social no Brasil. Esta mensagem era assinada pelos Cardeais Câmara do Rio de Janeiro, Mota, de São Paulo, Augusto da Silva, da Bahia e pelos arcebispos Dom José, de São Luís, Dom Fernando de Goiânia e Dom Vicente, de Porto Alegre.

---

<sup>5</sup> Consultar o periódico: Brasil, Urgente; na Biblioteca Nacional, código de acesso: PR-SPR, 02342, V. I e II, 1963-1964, nº 4, pág. 2.

Os movimentos sociais nacionalistas no Brasil se radicalizavam, frente à postura conciliatória do Presidente Goulart, que ora apontava em pró dos trabalhadores, ora recuava em favor dos grandes empresários e latifundiários.

Goulart mantinha em seu governo ministros de direita (PSD e PSP) e da “esquerda” (PTB). Com isso os progressistas católicos exigem uma Reforma Ministerial em pró do povo.

O BU acompanha essas radicalizações populares e as apóia, no momento que incentiva a criação da Frente de Mobilização Popular, que congregava várias organizações como AP, POLOP, PC do B, CGT e UNE, e intelectuais como Paulo Freire e Paulo de Tarso. E também, noticia e ratifica as greves da CGT, os discursos dos sargentos nacionalistas, as lutas e embates armados dos camponeses em São Paulo, etc.

Cada vez mais convicto de que as elites brasileiras não iriam se comover com a miséria do povo e sua situação de explorado, o BU envereda, a partir do n.º 25 por uma proposta de “socialismo cristão ou “socialismo humanista”, pois considerava que o capitalismo, em princípio, não visava o BEM COMUM e os capitalistas não queriam reformas estruturais em pró de uma justiça social plena. No entanto, o socialismo marxista-leninista, não se identificava plenamente com o cristianismo por ser ateu e pretender uma ditadura do proletariado, apesar de seu lado solidário, humano e coletivo, se aproximar dos preceitos da Igreja. A idéia era de fazer no Brasil, uma Revolução Cristã.

Em meio à radicalização do BU se intensificam as críticas ao mesmo, de jornais conservadores como “O Estado de São Paulo”. Além disso, as críticas de setores da Igreja aumentam, levando a CNBB emitir uma nota oficial esclarecendo que o jornal não era “católico” e não representava a Igreja no Brasil. Isto levou, a recuos do BU, que legitimava a Igreja no Brasil juntamente com sua hierarquia interna, reconhecia a Província Dominicana como importante, mas “ainda alfinetava” setores mais conservadores.

Numa manobra de censura e se fazendo valer de seu poder arbitrário sobre o destino de seus membros, a Ordem Dominicana envia, a pretexto de estudo, o fundador e diretor do BU, Frei Carlos Josaphat para a Europa. Atitude clara em tentativa de desmotivar o jornal e levá-lo a bancarrota. Como se não bastasse, ao desconsiderá-lo católico, sua receita diminuía com a perda de associados, forçando seu conselho a incentivar a criação do SABU (Sociedade dos Amigos do Brasil, Urgente).

O Brasil, Urgente não era comunista ou socialista, mas lutava ao lado destes sob bandeiras comuns, como Reforma Agrária e justiça social e não por reivindicações puramente “vermelhas”.



No número 39 a manchete era: “Frei Carlos Parte para o Exílio”, seu editorial “Uma Vitória Aparente”, responsabilizava a saída do fundador, neste trecho:

*“... os grupos econômicos nacionais e estrangeiros que aviam convencido as autoridades do Vaticano, tão sucessíveis ao fascínio do poder político e aos seus encantos das forças do dinheiro; ... e a frouxidão surpreendente da Ordem Dominicana, tão valente na defesa de teses e tão medrosa no processo de luta”.<sup>6</sup>*

Mas, no editorial do n.º 41 o jornal declarava que:

*“... a Igreja Católica continuava a merecer o seu absoluto respeito e acatamento a a Ordem Dominicana permanecia credora de sua verdadeira estima.”<sup>7</sup>*

Ou seja, o BU vivia um momento delicado de críticas e tentativas de apaziguamento, pois sua existência estava em jogo entre a hierarquia católica e a liberdade de imprensa.

Após o Comício da Central do Brasil de treze de março de 1964, o jornal via com alegria a tomada de posição do governo Goulart, finalmente, ao lado dos trabalhadores e pelo povo, no momento em que anuncia o início da implementação das Reformas de Base.

Com isso, para o BU a “Revolução” estava nas ruas e sua confiança no dispositivo do presidente sobre as Forças Armadas, garantiria o apoio às reformas estruturais pelo povo. Não obstante, suspeitava das articulações golpistas, subestimando-as.

Neste contexto de extremos, cabia ao cristão seguir ao lado de não cristãos na luta pela justiça social, buscando ser a vanguarda da Revolução Cristã, não cometendo o mesmo erro dos cubanos cristãos que possibilitaram a marxistização do movimento revolucionário em Cuba. Nesta luta devia ser evitando o conflito armado, mas tal se justificaria se a reação contra as reformas fosse violenta.

Todavia, em 31 de março de 1964, o golpe da direita é iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho, que parte de Minas Gerais para o Rio, no intuito de depor o presidente. E em 2 de abril as tropas entram no palácio Guanabara e Goulart já encontrava-se fora do RJ e deposto. Goulart decide não reagir ao golpe a pesar de contar com o apoio do III Exército de Brizola e trabalhadores e alguns militares fiéis.

---

<sup>6</sup> Consultar o periódico: Brasil, Urgente; na Biblioteca Nacional, código de acesso: PR-SPR, 02342, V. I e II, 1963-1964, nº 39, pág. 2.

<sup>7</sup> Consultar o periódico: Brasil, Urgente; na Biblioteca Nacional, código de acesso: PR-SPR, 02342, V. I e II, 1963-1964, nº 2, pág. 2.

Começam as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos de civis e militares e em 15 de abril o General Castelo Branco, comandante do Estado maior do Exército, assume a presidência da República.

Num primeiro momento os bispos, salvando a posição oficial da CNBB, que apoiara Goulart e as Reformas de Base, preferem se declarar em seus nomes como pastores, em documento que salvaguardara as futuras negociações da Igreja com o novo Estado:

*“Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.”* (BOTAS, 1983: 335)

Com isso os setores mais conservadores da Igreja venciam o progressista e, mas uma vez, adaptavam o discurso da Igreja a nova situação política vigente. Dias posteriores, lideranças das “alas avançadas” da CNBB são removidas e o Brasil, Urgente, não possui mais fôlego para continuar.

## Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz, “O Governo Goulart, as lutas sociais no Brasil de 1961-1964”, ed. Civilização Brasileira, 5º ed., RJ, 1978.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro, “A Bênção de Abril – Brasil Urgente: memória e engajamento católico 1963-64”, ed. Vozes, Petrópoles, 1983.
- CAMACHO, Ildefonso, “Doutrina Social da Igreja, abordagem histórica”, ed. Loyola, SP, 1995.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Org.), “O Brasil Republicano: v.3. O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964”, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- GRAMSCI, Antonio, “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”, Civilização Brasileira, SP.
- JOSAPHAT, Frei Carlos, “Evangelho e Revolução Social”, 1962, SP.
- ROMANO, Roberto, “Brasil: Igreja Contra Estado”, ed. Kairós, RJ, 1979.

## Fontes Primárias:

- CARTA ENCÍCLICA «*RERUM NOVARUM*» DO PAPA LEÃO XIII SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS, ver: [www.vatican.va](http://www.vatican.va).
- Periódicos: Brasil, Urgente e Revista Eclesiástica Brasileira, Biblioteca Nacional.